

ABUSO DE MEDICAMENTOS DE SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO

MENTAL HEALTH DRUG ABUSE: A REVIEW

Jade Tavares Tartaruga¹ jtartaruga15@gmail.com

Lêda Glicério Mendonça² leda.mendonca@ifrj.edu.br

RESUMO

Esse texto tem como objetivo fazer uma revisão de artigos de caráter qualitativo descritivo com recorte temporal dos últimos dez anos nas plataformas BVS, Periódico Capes, Google Acadêmico e SciELO, englobando medicamentos de saúde mental em diversos contextos. Os estudos encontrados apontam que os psicofármacos mais utilizados de maneira inapropriada são os nootrópicos e os ansiolíticos. Esses pacientes sofrem a influência da medicalização de situações do cotidiano. Essa pressão mercadológica patologiza sofrimentos que fazem parte da vida humana de maneira a impulsionar a super prescrição, dando mais lucro para as indústrias farmacêuticas e tornando os consumidores em pacientes crônicos. Grande parte desse uso inadequado de nootrópicos reside nos ambientes acadêmicos, enquanto os ansiolíticos estão presentes no cotidiano. É importante que haja uma maior fiscalização e entendimento do contexto envolvendo o uso desenfreado para que sejam propostas intervenções por parte dos profissionais da saúde e dos órgãos regulatórios, além de maior disseminação de informações sobre os riscos do uso prolongado desses medicamentos.

PALAVRAS-CHAVE: medicalização da vida; abuso de medicamentos; saúde mental.

ABSTRACT

This text aims to review qualitative descriptive articles with a time frame from the last ten years on the BVS, Periódico Capes, Google Scholar and SciELO platforms, encompassing mental health medications in different contexts. The studies found indicate that the most inappropriately used psychotropic drugs are nootropics and anxiolytics. These patients are influenced by the medicalization of everyday situations. This market-driven pressure pathologizes sufferings that are part of human life in a way that drives overprescription, increasing profits for pharmaceutical companies and turning consumers into chronic patients. A significant portion of this inappropriate use of nootropics occurs in academic environments, while anxiolytics are present in everyday life. It is important to have greater oversight and understanding of the context involving the rampant use of these medications so that interventions can be proposed by health professionals and regulatory entities, along with increased dissemination of information about the risks of prolonged use of these medications.

KEY WORDS: medicalization of life; medication abuse; mental health.

INTRODUÇÃO

A medicalização busca na biologia origens e resoluções sob uma perspectiva patológica para fenômenos inatos da vida humana, partindo do ideal médico de que a relação saúde-doença é algo a ser centrado apenas no indivíduo, ignorando seus fatores coletivos e as implicações da inserção social. De acordo com Collares e Moysés (1994) e Carrilho *et al* (2015), a medicalização é um processo que se dá ao tornar questões

¹ Discente e autora do Trabalho de conclusão de curso do Bacharelado de Farmácia defendido em 27 de fevereiro de 2025.

² Docente e orientadora do trabalho de conclusão de curso.

inerentes da vivência humana, de cunho social, político, subjetivo e familiar, em questões clínicas.

O processo, entretanto, não é algo recente. A pesquisa de Ewald e Moura (2007) aponta para o início desse fenômeno por volta da virada do século XIX, onde o saber médico começa a tentar influenciar corpos através de métodos para torná-los mais dóceis.

Esses conceitos foram inseridos ao longo do tempo a partir de um viés higienista que influencia a ciência médica, de maneira que as divisões passassem a ser binárias: sadio ou doente, normal ou anormal, não louco ou louco. Os parâmetros foram estabelecidos através dessa caracterização, e tudo o que foge do esperado deve ser eliminado, promovendo por meio de uma ótica eugenista a aversão aos indivíduos que destoam das normas, sejam elas de desempenho ou até mesmo emocionais (LUENGO, 2010).

Sensações que antes eram consideradas parte do dia a dia como estresses, angústias, inquietações e até mesmo comportamentos e características pessoais foram sendo transformadas gradativamente em transtornos e deficiências, abrindo espaço para intervenções por meio de fármacos (JORGE, 2022). Qualquer comportamento considerado fora dos moldes exigidos pelo sistema capitalista de produção ou mesmo dos parâmetros sociais e intelectuais é visto como algo negativo, patológico, e por isso deve ser medicalizado (LUENGO, 2010; JORGE, 2022).

Os estudos de Gøtzsche (2016), Kedouk (2016) e Jorge (2022) nos mostram que, com o crescimento desse processo de medicalização, os chamados transtornos mentais passam a ser mais predominantes do que a considerada normalidade, já que foi-se invalidando o sofrimento. Desta forma, o número de diagnósticos está em constante crescimento, o que impulsiona a busca pela solução em medicamentos e consequentemente sua produção por parte das indústrias.

Segundo Afonso (2018), um dos conceitos muito empregados que viabilizam o discurso medicalizante é a superação da condição humana. A exigência da perfeição em todas as áreas da vida é aprofundada quando se prega que existem ferramentas para alcançá-la, de modo que não há justificativas para se estar abaixo do padrão de produtividade pré-estabelecido. Assim, foi construído um espaço propício para que a cultura de patologização criasse raízes, assim como a medicalização em massa.

Uma das formas que os médicos, em conjunto com a indústria farmacêutica, encontraram para dar voz a essa prescrição em massa é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM - sigla em inglês) que, apesar de ser elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria, é utilizado no mundo todo (RESENDE, PONTES, CALAZANS, 2015). A cada nova versão do DSM, novos critérios são adicionados, assim como novos transtornos, de forma a encaixar cada vez mais pessoas nas “caixinhas” do diagnóstico e assim levá-las aos medicamentos tão amplamente fabricados pelas indústrias (GØTZSCHE, 2016; KEDOUK, 2016).

Como evidenciado por Frances (2017), esse fenômeno de inflação diagnóstica teve início principalmente com a importância que o DSM recebeu da comunidade acadêmica e médica após a sua terceira edição, de maneira que as nuances do indivíduo passaram a ser descartadas e as análises foram substituídas pelo enquadramento em características dispostas em um *checklist*, isso tudo sob influência dos “fabricadores de remédios”. Esse acontecimento abriu precedentes para o que viria a seguir, de maneira que na quarta versão do DSM a principal abordagem era a investigação de sintomas, classificando sentimentos, antes considerados normais em algo a ser medicado (GØTZSCHE, 2016).

A indústria farmacêutica, como qualquer outro produtor no capitalismo, visa sempre estimular o crescimento de vendas, portanto, quanto maior a incidência de doenças,

mais tratamentos são produzidos por elas (BARROS, 1983). O DSM se tornou então um potencial investimento, como apontado por Kedouk (2016) e Gøtzsche (2016), que relacionam as mudanças da terceira para a quarta versão, onde 100% dos médicos envolvidos no painel de transtornos do humor tinham algum vínculo financeiro com as grandes farmacêuticas. Nesse contexto, o medicamento passa a ter um papel maior que apenas o tratamento de doenças, satisfazendo os interesses tanto da indústria quanto dos médicos, que prontamente se adaptaram a essa nova realidade (BARROS, 1983; WHITAKER, 2017).

Assim, é observado que as estratégias para o aumento de prescrições de medicamentos de saúde mental vão além do aumento do número de diagnósticos. Wenzel (2022) aponta que um dos métodos para garantir um maior número de prescrições é o oferecimento de bonificações ao médico que receita os medicamentos de seus laboratórios. Isso somado ao pensamento de que a solução mágica e rápida dos problemas está no medicamento faz com que não só as expectativas do médico sejam realizadas, mas também as do paciente (BARROS, 1983).

A grande problemática da medicalização no Brasil não acaba na prescrição, na verdade, acaba resultando também na cultura do medicamento, em que a população vai diretamente até as farmácias sem passar pelo atendimento médico (WENZEL, 2022). Essa facilidade em conseguir fármacos faz com que a automedicação também ocorra, já que se tornou parte do cotidiano buscar uma solução rápida para sintomas antes de buscar uma consulta, que muitas vezes pelo SUS demora mais do que as pessoas estão dispostas a esperar (FÁVERO, SATO, SANTIAGO, 2017, GOTTARDO *et al*, 2022; WENZEL, 2022; VAZ, SOUZA, ISHIUCHI, 2023).

Frente ao aqui exposto, o objetivo desse artigo é revisitar textos que falem sobre o uso inadequado de medicamentos para a saúde mental, tendo em vista que estamos vivendo numa sociedade que cada vez mais medicaliza as nossas ações.

METODOLOGIA

Esse trabalho é um levantamento de artigos sobre o abuso de medicamentos de saúde mental em diversos contextos. Assim, a proposta é revistar os textos mais atuais que falem sobre o tema, tentando apurar o que nos leva ao mau abuso dessas substâncias.

A busca de texto teve com recorte temporal os últimos 10 anos, entre outubro 2014 e outubro 2024, utilizando as bases de dados eletrônicas Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Periódicos CAPES e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram escolhidas as palavras chaves “abuso”, “medicamento” e “saúde mental”, de forma a selecionar entre os resultados títulos que se relacionassem diretamente com o tema (Tabela 1).

Foram aplicados os seguintes critérios de inclusão nos resultados encontrados: artigos publicados em português, com enfoque na realidade brasileira de abuso de medicamentos de saúde mental e que fossem de livre acesso eletrônico. Já os critérios de exclusão utilizados foram: textos com enfoques em outras substâncias psicoativas como álcool e drogas ilícitas; textos que abordassem abuso de outras classes medicamentosas como antiinflamatórios e opioides; dissertações de mestrado, capítulos de livros, teses de doutorado, trabalhos de conclusão de curso e resumos para eventos; artigos publicados antes de outubro de 2014 e depois de outubro de 2024. Adicionalmente, no banco de dados Google Acadêmico foram excluídos todos os resultados após a página 10, visto

o grande volume de textos encontrados. Após a exclusão de textos repetidos e resumos não coerentes com a abordagem deste trabalho, os artigos selecionados para a leitura completa totalizaram 18.

Tabela 1 - Base de dados, expressão de busca e resultados encontrados

Base de dados	Palavras-chave	Resultados
Google Acadêmico	"abuso" AND "medicamentos" AND "saúde mental"	16700
Periódicos CAPES	"abuso" AND "medicamentos" AND "saúde mental"	63
BVS	"abuso" AND "medicamentos" AND "saúde mental"	5206
SciELO	"abuso" AND "medicamentos" AND "saúde mental"	5
Total		21.974

Fonte: O autor (2024)

Os demais estudos utilizados para a fundamentação teórica foram escolhidos previamente e retirados das bases de dados de pesquisa.

Com base nos materiais selecionados para a revisão, podemos observar na realidade brasileira duas classes de psicofármacos usados de forma indevida: os ansiolíticos, com 15 referências, e os nootrópicos com 3. Neste artigo aprofundaremos no uso indiscriminado desses dois grandes grupos quando à luz da medicalização da vida.

DESENVOLVIMENTO

Após a busca e aplicação de critérios de aplicação e de exclusão, os textos coletados para a revisão são os expostos Quadro 1.

BENZODIAZEPÍNICOS E NOOTRÓPICOS

Os ansiolíticos são fármacos que atuam no Sistema Nervoso Central (SNC), aliviando os sintomas de ansiedade e estresse através de sua ação tranquilizante. Dentro dessa classe estão os benzodiazepínicos, considerados os medicamentos mais usados em todo o mundo e também vistos como um problema de saúde pública em países desenvolvidos (FORSAN, 2010).

Enquanto os ansiolíticos agem como tranquilizantes, os nootrópicos, também conhecidos como “drogas da inteligência”, atuam como estimulantes. Originalmente foram desenvolvidos como medicamentos para Transtorno de Hiperatividade e Déficit de Atenção (TDAH), entretanto, com a busca pela excelência através de quaisquer meios, seu uso passou a ser deturpado (AFFONSO, 2018; SOUZA *et al*, 2021).

Título	Autoria	Ano
Uso abusivo de psicotrópicos pela demanda da estratégia da saúde da família: revisão integrativa da literatura	MOURA, D.C.N. <i>et al.</i>	2016
Abuso de benzodiazepínicos e suas consequências: um estudo sistemático	FILHO, F.C.L.C.; SILVA, H.D.M.	2018
O abuso de psicofármacos na atualidade e a medicalização da vida	SEBASTIÃO, P.D.E.C.O.; SANTOS, P.C.; PEDROSO, L.A.	2019
Prevalência do uso de psicotrópicos na atenção primária à saúde em um município no interior de Minas Gerais	ALVES, E.A. <i>et al.</i>	2020
Consumo de benzodiazepínicos relacionados à saúde mental nos últimos 10 anos: uma revisão integrativa	HERNESTO, M.M. <i>et al.</i>	2021
O uso de medicamentos psicoativos entre profissionais da saúde	COELHO, A.S. <i>et al.</i>	2022
Uso de ansiolíticos: abuso ou necessidade?	FÁVERO, V.R.; SATO, M.O.; SANTIAGO, R.M.	2017
Uso e abuso de benzodiazepínicos na atenção primária à saúde: práticas profissionais no Brasil e em Cuba	FEGADOLLI, C.; VARELA, N.M.D.; CARLINI, E.L.A.	2019
Ansiedade e o uso indiscriminado de ansiolíticos	FELIX, F.J. <i>et al.</i>	2021
O uso de medicamentos psicotrópicos por estudantes de um centro universitário de Cascavel, Paraná	GOTTARDO, A.L. <i>et al.</i>	2022

Análise dos efeitos adversos do uso <i>off-label</i> do metilfenidato por estudantes para aperfeiçoamento cognitivo: uma revisão integrativa	MACHADO, L.A.O.; SILVA, A.L.; KUHN, F.T.	2022
Benzodiazepínicos em pacientes com transtornos psiquiátricos: perfil dos usuários e implicações no abuso	NEGREIROS, D.S.; MARSON, P.G.	2023
Estudo epidemiológico sobre o uso abusivo das drogas da inteligência por universitários. Perigo para a saúde física e mental?	MEGIANI, I.N. <i>et al.</i>	2023
A Atuação do farmacêutico no controle do uso excessivo de benzodiazepínicos para o tratamento de transtornos de ansiedade	VAZ, N.F.; SOUZA, D.V.S.; ISHIUCHI, G.G.C.	2023
O uso inadequado de substâncias psicotrópicas entre mulheres: um estudo a partir da singularidade feminina	CARRILHO, C.A. <i>et al.</i>	2015
Características do uso e da dependência de benzodiazepínicos entre usuários: atenção primária à saúde.	SILVA, V.P. <i>et al.</i>	2016
“O que não tem remédio e nunca terá”: um estudo a partir do uso abusivo de benzodiazepínico em mulher	MARTINS, I.C. <i>et al.</i>	2017
Os benzodiazepínicos na ordem dos discursos: de objeto da ciência a objeto gadget do capitalismo	SILVEIRA, L.C. <i>et al.</i>	2019

Quadro 1. Textos compilados para a revisão

De acordo com Wenzel (2022), esses fármacos são identificados como tarja preta, ou seja, devido seu potencial de abuso e dependência, possuem regulamentações sobre sua venda e distribuição, sendo necessário receita médica. Entretanto, a autora ainda afirma que é possível encontrar esses medicamentos com facilidade no dia a dia de diversas pessoas, muitas vezes adquiridos de maneira ilícita com a conivência da cadeia comercial.

Além disso, os benzodiazepínicos servem para contornar as causas da ansiedade, dificultando no processo de aprendizado sobre como manejar as emoções que a provocam (KEDOUK, 2016). Muitas das causas do abuso dessa classe medicamentosa se dão pela dificuldade de lidar com as questões

cotidianas ou estresses relacionados a questões do cotidiano, como luto e jornada de trabalho, fazendo com que a solução mais agradável e rápida seja o medicamento, visto que (WENZEL, 2022).

A EPIDEMIA DOS BENZODIAZEPÍNICOS

Os benzodiazepínicos são, atualmente, os medicamentos mais distribuídos pelo SUS, entretanto, esse fenômeno se repete em outros países ao redor do mundo, tornando-se um problema de saúde pública (MOURA *et al*, 2016; MARTINS *et al*, 2017; FILHO, SILVA, 2018; HERNESTO *et al*, 2021; GOTTARDO *et al*, 2022; NEGREIROS, MARSON, 2023). Essa realidade é produto de uma soma de fatores, entre eles a medicalização da vida e a busca pela cura rápida e milagrosa, tornando o processo de prescrição automático e abusivo, além de diminuir a busca por intervenções não farmacológicas (FILHO, SILVA, 2018; SEBASTIÃO, SANTOS, PEDROSO, 2019).

De acordo com Felix *et al* (2021) e os estudos de Negreiros e Marson (2023), o uso desenfreado também é influenciado pela facilidade de acesso ao medicamento, que tem baixo custo financeiro para o paciente e por isso é a primeira escolha dos médicos prescritores. Além disso, há grande prevalência de prescrições por parte de clínicos gerais em unidades básicas de saúde (UBS), de forma que não há um atendimento mais especializado e multidisciplinar, facilitando também a renovação de receitas de forma mais automática e sem nova consulta (SILVA *et al*, 2016; FILHO, SILVA, 2018; FEGADOLLI, VARELA, CARLINI, 2019; FELIX *et al*, 2021; NEGREIROS, MARSON, 2023; VAZ, SOUZA, ISHIUCHI, 2023).

Ao observar o perfil dos usuários de ansiolíticos foi possível notar que a grande prevalência é entre mulheres casadas e idosos (MOURA, 2016; SILVA, 2016; FÁVERO, SATO, SANTIAGO, 2017; MARTINS *et al*, 2017; FILHO, SILVA, 2018; SILVEIRA *et al*, 2019; ALVES *et al*, 2020; FELIX *et al*, 2021; COELHO *et al*, 2022). Os estudos realizados por Martins *et al* (2017) afirmam que as dinâmicas de poder entre gêneros e classes estão diretamente relacionadas a esses dados, mostrando através de entrevistas que, no caso das mulheres, muitos problemas de origem social são taxados como “loucura” e “agressividade”, forçando um tratamento medicamentoso para “acalmá-las”. Além desses fatores, Donzelot (1980) traz o argumento de que mulheres são muitas vezes colocadas no papel de cuidadoras de suas famílias, em especial pelos médicos, sendo treinadas para que atuem como “enfermeiras”, sempre priorizando o cuidado do outro e tendo pouco espaço para si.

Para fora do escopo dos ansiolíticos, Carrilho *et al* (2015) ainda nos mostra que os dilemas e questionamentos provocados pela pressão social e do sistema que coloca as mulheres em um lugar de escrutínio maior podem levar a um grau de angústia que a solução mais imediata é o uso de psicotrópicos. Além disso, essa discrepância na prevalência entre homens e mulheres também se dá devido ao fato de que homens buscam menos cuidados em saúde, geralmente apenas em casos mais graves, resultando em menos dados comparativos (FÁVERO, SATO, SANTIAGO, 2017).

O principal meio de chegar até os benzodiazepínicos no Brasil é através da atenção básica, na qual os profissionais de saúde acabam banalizando diagnósticos e não seguem as orientações técnicas de duração do tratamento ao realizar prescrição dos benzodiazepínicos, o que influencia diretamente nos casos de abuso (FEGADOLLI, VARELA, CARLINI, 2019; ALVES *et al*, 2020). Esses psicofármacos devem ser utilizados por curtos períodos de tempo e não como medicamento principal de tratamento, mas sim acompanhando de outras classes medicamentosas, como os antidepressivos, para reduzir as chances de suicídio (FÁVERO, SATO, SANTIAGO, 2017; MARTINS *et al*, 2017; FEGADOLLI, VARELA, CARLINI, 2019; FELIX *et al*, 2021; HERNESTO *et al*, 2021; NEGREIROS, MARSON, 2023; VAZ, SOUZA, ISHIUCHI, 2023).

Esse descuido por parte dos profissionais prescritores pode ser atrelado a fatores como a falta de preparo especializado para esses casos, a grande demanda e precarização do sistema de saúde, e a crença de que os benzodiazepínicos fazem bem à saúde e são bastante seguros (FILHO, SILVA, 2018; FEGADOLLI, VARELA, CARLINI, 2019; NEGREIROS, MARSON, 2023). Desta forma, conseguimos observar um grande número de prescrições automatizadas, no qual o paciente, ao relatar sintomas como insônia e ansiedade, já garante uma prescrição de ansiolíticos. Muitas vezes o quadro acaba sendo um subdiagnóstico, não se enquadrando nos requisitos estabelecidos pelo DSM e não sendo investigado mais a fundo. Assim, o caso acaba sendo reduzido apenas à tratar a sintomatologia (MARTINS *et al*, 2017; FEGADOLLI, VARELA, CARLINI, 2019; SILVEIRA *et al*, 2019; FELIX *et al*, 2021; NEGREIROS, MARSON, 2023).

O problema do uso indevido, entretanto, não se resume apenas às prescrições inadequadas. As pesquisas de Fávero, Sato e Santiago (2017), além das de Vaz, Souza e Ishiuchi (2023) e Gottardo *et al* (2022) apontam que, apesar de necessitar de receituário especial para que haja a dispensa de medicamentos da classe dos ansiolíticos devido ao risco de dependência, muitas pessoas conseguem esses psicofármacos em drogarias que se situam em locais com baixa fiscalização, além de terem acesso através de familiares e conhecidos que não são informados dos riscos de distribuição desses medicamentos e da automedicação.

As grandes taxas de uso inadequado dos benzodiazepínicos são alarmantes devido ao seu potencial de tolerância e dependência. De acordo com a literatura, os riscos de tolerância aumentam conforme o uso prolongado, já que o cérebro começa a se adaptar ao medicamento e começam a ser necessárias doses cada vez mais altas para obter o mesmo efeito (CARRILHO *et al*, 2015; MOURA *et al*, 2016; SILVA *et al*, 2016; FÁVERO, SATO, SANTIAGO, 2017; MARTINS *et al*, 2017; FILHO, SILVA, 2018; FEGADOLLI, VARELA, CARLINI, 2019; SILVEIRA *et al*, 2019; ALVES *et al*, 2020; HERNESTO *et al*, 2021; COELHO *et al*, 2022; GOTTARDO *et al*, 2022; VAZ, SOUZA, ISHIUCHI, 2023; NEGREIROS, MARSON, 2023). Esses estudos ressaltam ainda que a dependência química faz com que interromper o uso desses medicamentos seja um processo delicado, tendo em vista que a descontinuação abrupta causa os sintomas que o paciente quer evitar, como ansiedade, tremores, taquicardia e sudorese.

Outra dificuldade encontrada ao tentar controlar o índice de prescrições de psicofármacos está na pressão por parte do paciente. Fegadolli, Varela e Carlini (2019) pontuam que sujeitos que já fazem uso muitas vezes insistem em continuar o tratamento após o tempo prescrito, de forma que o profissional sente que não tem escolha a não ser continuar prescrevendo. Vaz, Souza e Ishiuchi (2023) complementam o pensamento ao afirmar que, mesmo após interrupção do tratamento por parte do médico, muitos indivíduos continuam fazendo o uso dos benzodiazepínicos por conta própria para evitar os desconfortos da abstinência, e com o passar do tempo aumentam a própria dose, já afetados pelo efeito de tolerância.

O cenário da medicalização do cotidiano não afeta apenas os pacientes. Coelho *et al* (2022) nos mostra a realidade do profissional da saúde, que apesar de conhecer melhor os riscos dos psicofármacos e os malefícios da automedicação, ainda acabam recorrendo ao uso de psicoativos para aguentar as altas demandas, cargas horárias excessivas e o peso da profissão. Os autores ainda debatem que a facilidade de acesso às drogas lícitas favorece bastante essa realidade, mas o grande risco está no ocultamento do problema devido ao estigma atrelado aos transtornos mentais na nossa sociedade e também ao medo de desmerecimento de suas dores ao trazer essas questões à tona.

A realidade do abuso é ainda promovida pelos protocolos errôneos de renovação de receitas. Os pacientes conseguem, principalmente nas UBS, que as prescrições sejam renovadas por mais tempo sem que precisem passar novamente pelo médico, o que dificulta o controle da duração do tratamento (SILVA *et al*, 2016; FEGADOLLI, VARELA, CARLINI, 2019; ALVES *et al*, 2020; FELIX *et al*, 2021; NEGREIROS, MARSON, 2023). Todo esse contexto faz com que o controle sobre o uso indevido seja ainda mais dificultado, sendo necessário repensar as abordagens de fiscalização e prevenção.

De acordo com Fegadolli, Varela e Carlini (2019), a mentalidade do profissional prescritor acaba sendo de deixar que outras entidades sejam responsáveis pelo controle de receituários, e não ele próprio. O estudo ainda aprofunda ao pontuar que esse cenário no qual os riscos são ignorados dificulta o incentivo para investigações mais detalhadas, deixando que a normalização do uso desenfreado de benzodiazepínicos se mantenha. Felix *et al* (2021) defende que deve partir dos profissionais a iniciativa de se manterem informados sobre os cuidados e recomendações de prescrição, reduzindo o percentual de casos de mau uso.

Esses fatores somados à falta de informação por parte dos usuários, inclusive os que se automedicam, favorecem o uso crônico dos psicofármacos principalmente por parte de idosos (FELIX *et al*, 2021; NEGREIROS, MARSON, 2023). Esse abuso faz com que as chances de apresentação de efeitos colaterais aumentem, podendo levar a complicações de saúde, especialmente quando associados com outras substâncias, como o álcool (CARRILHO *et al*, 2015; FILHO, SILVA, 2018; FELIX *et al*, 2021; HERNESTO *et al*, 2021). Entre os efeitos colaterais agravados pelo mau uso estão o prejuízo nas capacidades motoras e cognitivas, e sua associação com substâncias depressoras do sistema nervoso central pode intensificar esses sintomas, podendo levar a

acidentes com alto risco para os usuários (FILHO, SILVA, 2018; HERNESTO *et al*, 2021; VAZ, SOUZA, ISHIUCHI, 2023).

Uma das alternativas ao uso de psicofármacos é a psicoterapia, entretanto existe um sentimento de desconfiança e receio em relação a pessoas com transtornos mentais, gerando o estigma que faz com que as pessoas evitem ser taxadas como tal, se esquivando assim dos atendimentos psicológicos e buscando outras ferramentas (PRADO, BRESSAN, 2016). Assim, é necessário que o médico se atente para as reais indicações clínicas para o medicamento, mas sempre incentive e oriente sobre o tratamento através de métodos não-farmacológicos, prática que também é pontuada pelos estudos de Vaz, Souza e Ishiuchi (2023). Além disso, a atuação do farmacêutico é essencial na orientação dos riscos e uso correto dos psicofármacos, tanto dos pacientes quanto dos profissionais da saúde, e na reestruturação do sistema de prescrições e dispensações prolongadas (FELIX *et al*, 2021; VAZ, SOUZA, ISHIUCHI, 2023).

A PRESSÃO ACADÊMICA E AS “DROGAS DA INTELIGÊNCIA”

A rotina universitária e as pressões por excelência dificultam o dia a dia do estudante, fazendo com que a busca por alternativas para lidar com o estresse aumentem drasticamente. Megiani *et al* (2023) relata em seu estudo que o uso de medicamentos psicoestimulantes sem diagnóstico médico que o justifique tem aumentado, assim como a divulgação boca a boca dessa prática conhecida como doping intelectual.

Procurando alcançar alto desempenho acadêmico, tem se tornado comum encontrar o uso indevido dos nootrópicos em ambientes escolares e universitários, na grande maioria das vezes há predileção pelo metilfenidato. Essa prática se dá principalmente devido à propaganda de que esse medicamento é altamente eficaz na melhora cognitiva como um todo, no entanto, há escassez de estudos sobre os efeitos em indivíduos saudáveis e seus mecanismos de ação (SOUZA *et al*, 2021; MACHADO, SILVA, KUHN, 2022; MEGIANI *et al*, 2023).

Apesar de inicialmente melhorar a cognição, aprendizado e memória, esses psicoativos podem acarretar uma piora de qualidade de vida por conta do uso sem acompanhamento. Machado, Silva e Kuhn (2022), assim como Megiani *et al* (2023) apontam que os efeitos colaterais podem incluir taquicardia, ansiedade, perda de apetite e privação do sono, além de predisposição a transtorno obsessivo compulsivo. A incidência desses efeitos, além da baixa tolerância ao estresse podem ainda influenciar no abuso de outros psicofármacos, como antidepressivos e ansiolíticos, além de outras substâncias como o álcool, com a finalidade de diminuir as consequências do ambiente acadêmico competitivo, visto como opressor (GOTTARDO *et al*, 2022; MEGIANI *et al*, 2023).

Outro fator importante a se considerar sobre esse uso abusivo de nootrópicos é que, assim como os ansiolíticos, essas drogas podem causar dependência e tolerância (SOUZA *et al*, 2021; GOTTARDO *et al*, 2022; MACHADO, SILVA, KUHN, 2022; MEGIANI *et al*, 2023). Dessa forma, se faz necessário maior fiscalização sobre a dispensação para evitar o uso sem prescrição e por tempo

prolongado sem motivações clínicas adequadas, e também uma maior orientação sobre os riscos desses fármacos, não apenas ao paciente, mas também ao médico prescritor (VAZ, SOUZA, ISHIUCHI, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fármacos psicoativos são medicamentos que, em teoria, sofrem rígido controle sobre sua dispensação. Entretanto, devido à cultura de medicalização da vida e invalidação dos sofrimentos e angústias inerentes do cotidiano, o número de prescrições de caráter subclínico aumentaram drasticamente. Assim, os números de usuários desses medicamentos atingiram patamares preocupantes, além de ser observado o uso sem receita ou após o tempo prescrito, inclusive por estudantes que buscam melhorar seu rendimento acadêmico com os psicoestimulantes.

Esses fármacos apresentam riscos à saúde, tanto física quanto mental, afetando negativamente funções motoras e cognitivas, provocando sintomas como perda de apetite e taquicardia, além de acarretar na dependência química e tolerância. Esse fenômeno é multifatorial e precisa ser melhor estudado para que intervenções possam ser colocadas em prática, especialmente a melhor informação de médicos e usuários sobre os riscos e consequências desse abuso medicamentoso para que possam orientar os pacientes a buscar mecanismos não farmacológicos para lidar com seus males, como a psicoterapia.

Apesar da busca por aprofundamento no tema de forma transdisciplinar, a grande maioria dos materiais encontrados para o estudo partiram de um viés majoritariamente biológico, reforçando a falta de estudos multidisciplinares sobre o assunto e assim dificultando as intervenções não-farmacológicas. Se faz necessário uma melhor comunicação entre as áreas, principalmente com a psicologia, para que esse panorama preocupante de uso indevido possa ser revertido.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, R.L.N. **O controle social e farmacológico através da ritalina.**

2018. Monografia (Farmácia) - Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia, Rio de Janeiro.

ALVES, E.A. *et al.* Prevalência do uso de psicotrópicos na atenção primária à saúde em um município no interior de Minas Gerais. **Revista Médica de Minas Gerais**, [S. l.], v. 30, n. 4, 2020. Disponível em:

<https://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2710>. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: <https://dx.doi.org/10.5935/2238-3182.v30supl.4.09>.

BARROS, J.A.C. Estratégias mercadológicas da indústria farmacêutica e o consumo de medicamentos. **Revista de Saúde pública**, São Paulo, v. 17, n. 5, p. 377-386, 1983. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/rJQkWqVYbkyd3hFcbWq5LGt/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 18 out. 2022.

CARRILHO, C.A. *et al.* O uso inadequado de substâncias psicotrópicas entre mulheres: um estudo a partir da singularidade feminina. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 664-672, jul-set. 2015.

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/50084>. Acesso em 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.5935/1415-2762.20150051>.

COELHO, A.S. *et al.* O uso de medicamentos psicoativos entre profissionais da saúde. **E-acadêmica**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2022. Disponível em:

<https://eacademica.org/eacademica/article/view/165>. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.52076/eacad-v3i2.165>.

COLLARES, C.A.L.; MOYSÉS, M.A.F. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico: a patologização da educação. São Paulo: FDE, 1994, p. 25-31. (Série Ideias, 23).

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

EWALD, P.A.; MOURA, M.T.C. Reflexões sobre a comercialização do sofrimento psíquico. *In*: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 2007, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Disponível em:

https://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/tra_b_completo_69.pdf. Acesso em: 06 mar 2025.

FÁVERO, V.R.; SATO, M.O.; SANTIAGO, R.M. Uso de ansiolíticos: abuso ou necessidade?. **Visão Acadêmica**, Curitiba, v. 18, n.4, p. 98-106, out-dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/57820>. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.5380/acd.v18i4.57820>.

FEGADOLLI, C.; VARELA, N.M.D.; CARLINI, E.L.A. Uso e abuso de benzodiazepínicos na atenção primária à saúde: práticas profissionais no Brasil e em Cuba. **Cadernos de Saúde Pública**, [S. l.], v. 35, n. 6, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/m3LBtSVDM9hzCWV9BSkqXcp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00097718>.

FELIX, F.J. *et al.* Ansiedade e o uso indiscriminado de ansiolíticos. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 49-55, 2021. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/8374>.

Acesso em: 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.18378/rebes.v11i1.8374>.

FILHO, F.C.L.C; SILVA, H.D.M. Abuso de benzodiazepínicos e suas consequências: um estudo sistemático. **Revista Extendere**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 17-28, jan-jun. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.apps.uern.br/index.php/EXT/article/view/367>. Acesso em: 25 nov 2024.

FORSAN, M.A. **O uso indiscriminado de benzodiazepínicos: uma análise crítica das práticas de prescrição, dispensação e uso prolongado**. 2010.

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (Atenção Básica em Saúde) - Universidade Federal de Minas Gerais, Campos Gerais.

FRANCES, A. **Voltando ao normal: como o excesso de diagnósticos e a medicalização da vida estão acabando com a nossa sanidade e o que pode ser feito para retomarmos o controle.** 1. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

GOTTARDO, A.L. *et al.* O uso de medicamentos psicotrópicos por estudantes de um centro universitário de Cascavel, Paraná. **SaBios - Revista de Saúde e Biologia**, [S. l.], v. 17, n. 1, jan-dez. 2022. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios/article/view/3225>. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.54372/sb.2022.v17.3225>.

GØTZSCHE, P.C. **Medicamentos mortais e crime organizado: como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica.** 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

HERNESTO, M.M. *et al.* Consumo de benzodiazepínicos relacionados à saúde mental nos últimos 10 anos: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 17, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357413399_Consumo_de_Benzodiazepinicos_relacionados_a_saude_mental_nos_ultimos_10_anos_uma_revisao_integrativa. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: [10.33448/rsd-v10i17.24784](https://doi.org/10.33448/rsd-v10i17.24784).

JORGE, M.F. **Desempenho tarja preta: medicalização da vida e espírito empresarial na sociedade contemporânea.** 2014. Dissertação de Mestrado (Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. Disponível em: <https://ppgcom.uff.br/marianna-ferreira-jorge/>. Acesso em: 11 out 2022.

LUENGO, F.C. Patologização e medicalização infantil: a vigilância punitiva. *In*: **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 61-79.

MARTINS, I.C. *et al.* “O que não tem remédio e nunca terá”: um estudo a partir do uso abusivo de benzodiazepínico em mulher. **REME - Revista Mineira de Enfermagem**, [S. l.], v. 12, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/remem/article/view/49858/40506>. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: [10.5935/1415-2762.20170025](https://doi.org/10.5935/1415-2762.20170025).

MOURA, D.C.N. *et al.* Uso abusivo de psicotrópicos pela demanda da estratégia da saúde da família: revisão integrativa da literatura. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, Sobral, v. 16, n. 2, p. 136-144, jun-dez. 2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1048>. Acesso em: 25 nov 2024.

NEGREIROS, D.S.; MARSON, P.G. Benzodiazepínicos em pacientes com transtornos psiquiátricos: perfil dos usuários e implicações no abuso. **Revista de Patologia do Tocantins**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 213-218, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/patologia/article/view/14756>. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.20873/10.20873/uft.2446-6492.2023v10n3p213>.

MACHADO, L.A.O.; SILVA, A.L.; KUHN, F.T. Análise dos efeitos adversos do uso *off-label* do metilfenidato por estudantes para aperfeiçoamento cognitivo: uma revisão integrativa. **Revista de Saúde**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 22-25, abr-jul.

2022. Disponível em:

<https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RS/article/view/3179>. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.21727/rs.v13i2.3179>.

MEGIANI, I.N. *et al.* Estudo epidemiológico sobre o uso abusivo das drogas da inteligência por universitários. Perigo para a saúde física e mental?. **Revista Científica RECISATEC**, [S. l.], v. 3, n. 12, 2023. Disponível em: <https://recisatec.com.br/index.php/recisatec/article/view/323>. Acesso em: 24 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.53612/recisatec.v3i12.323>.

PRADO, A.L.; BRESSAN, R.A. O estigma da mente: transformando o medo em conhecimento. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 33, n. 100, p. 103-109, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000100012. Acesso em 3 fev 2025.

RESENDE, M.S.; PONTES, S.; CALAZANS, R. O DSM-5 e suas implicações no processo de medicalização da existência. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 534-546, set. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 jan 2025. DOI: <https://doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2015v21n3p534>.

SEBASTIÃO, P.D.E.C.O.; SANTOS, P.C.; PEDROSO, L.A. O abuso de psicofármacos na atualidade e a medicalização da vida. **Brazilian Journal of Health and Pharmacy**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 6-10, 2019. Disponível em: <https://bjhp.crfmg.org.br/crfmg/article/view/61>. Acesso em: 25 nov 2024.

SILVA, V.P. *et al.* Características do uso e da dependência de benzodiazepínicos entre usuários: atenção primária à saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 6, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/8783>. Acesso em 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2016.8783>.

SILVEIRA, L.C. *et al.* Os benzodiazepínicos na ordem dos discursos: de objeto da ciência a objeto *gadget* do capitalismo. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 107-120, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bqWwXshvcSgXT43pxwP8SGz/>. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180615>.

SOUZA, D.H.A.V. *et al.* Nootrópicos na era dos extremos: drogas da inteligência e pressão social. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 6640-6646, mar-abr. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27192/21483>. Acesso em: 18 jan 2025. DOI: 10.34119/bjhrv4n2-215.

VAZ, N.F.; SOUZA, D.V.S.; ISHIUCHI, G.G.C. A Atuação do farmacêutico no controle do uso excessivo de benzodiazepínicos para o tratamento de transtornos de ansiedade. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 11, p. 19973-19995, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1878>. Acesso em: 25 nov 2024. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV3N11-007>.

WENZEL, B.A. **Dependência de benzodiazepínicos: um olhar social.** Monografia (Serviço Social) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/5313>. Acesso em: 15 out 2022.

WHITAKER, R. **Anatomia de uma epidemia: pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.